



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

(Do Sr. JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO)

Altera a Lei 13.982, de 02 de abril de 2020 , onde pune-se a má-fé de beneficiário que fez a apropriação indevida do auxílio emergencial.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Modifica a Lei altera a Lei 13.982, de 2 de abril de 2020, no seu artigo 2º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

(...)

§ 14º Se comprovada a má-fé de beneficiário, em que tenha se apropriado de forma indevida do valor do auxílio emergencial, este deverá estar sujeito a :

- Pena: 3 meses a 1 ano de detenção ou multa.

Parágrafo único: Nos casos de servidores públicos civil e militar da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, que se inscreveram e receberam se apropriando indevidamente do valor, serão sujeitos, além da pena do § 14, também a processos disciplinares administrativos pelos respectivos entes federados .

§15º A pena de que trata o parágrafo anterior, deverá ser do dobro do valor integral dos valores recebidos indevidamente.”

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação tendo os seus efeitos até durar a pandemia do Covid -19.

JUSTIFICATIVA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O presente Projeto de Lei tem o propósito de punir todos aqueles que receberam de forma indevida o auxílio emergencial, previsto na Lei 13.982, de 2 de abril de 2020.

O Auxílio Emergencial é um benefício destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, e tem por objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do **coronavírus – COVID 19**.

Cabe ressaltar a situação em que milhares de brasileiros se encontram atualmente, onde muitos não possuem o mínimo necessário para subsistência, devido a crise econômica causada pelo coronavírus – COVID19.

Segundo pesquisas, 620 mil pessoas receberam indevidamente o benefício de R\$ 600 liberado pelo governo federal, inclusive pessoas que já estão mortas. O levantamento foi feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU) que ainda destaca que caso esses pagamentos indevidos não sejam finalizados, o repasse poderá gerar um prejuízo aos cofres públicos de mais de 1 bilhão de reais.

Para o Governo, o interessado em sacar o auxílio emergencial deverá ter até R\$ 522,50 de renda per capita, ou renda mensal familiar até R\$ 3.135. No caso dos recebimentos deste público que tem ganho maior, é mediante a omissão de informações no cadastro.

Assim, faz-se necessária a aprovação deste projeto de lei, para que essas pessoas que fizeram o saque indevidamente da quantia do auxílio emergencial sejam punidas, pois o que cometeram nada mais foi do que um crime.

Considerado a relevância da matéria apelamos para a imediata deliberação por parte desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, de julho de 2020


Deputado JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO
PT/CE



Projeto de Lei **(Do Sr. José Airton Félix Cirilo)**

Altera a Lei 13.982, de 02 de abril de 2020 , onde pune-se a má-fé de beneficiário que fez a apropriação indevida do auxílio emergencial.

Assinaram eletronicamente o documento CD203967175300, nesta ordem:

- 1 Dep. José Airton Félix Cirilo (PT/CE)
- 2 Dep. Alencar Santana Braga (PT/SP)